





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE  
GUARACIABA DO NORTE/CE**

**RELATÓRIO**

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Em cumprimento à Portaria 60/2017, publicada no Diário da Justiça de 23.8.2017, desta Corregedoria-Geral da Justiça, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, mapas e demais papeis alusivos à **INSPEÇÃO** efetivada na **COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE**, realizada pelo Juiz Corregedor Auxiliar Flávio Vinícius Bastos Sousa.

**ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA COMARCA INSPECIONADA**

Trata-se de Comarca de Entrância Inicial, composta por Vara Única, sediada no Fórum Judiciário local, cujo prédio situa-se na Rua Padre Bernardino Memória, 322, Bairro Centro. Segundo dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com base em no censo de 2016 (estimativa), o Município de Guaraciaba do Norte totaliza 39.445 (trinta e nove mil e quatrocentos e quarenta e cinco) habitantes, distante cerca de 303 km da Capital do Estado.

No que se refere à estrutura Física do Fórum, verificou-se que as instalações apresentavam razoável estado de conservação. Havia acesso para pessoas portadoras de deficiência, contudo inexistindo banheiro especialmente projetado para esses usuários. O espaço se revela

adequado.

A comarca possui residência oficial, localizada na Avenida Nossa Senhora dos Prazeres, s/n, bairro Cruz, no entanto a magistrada não reside no imóvel.

Concernente aos equipamentos de informática (máquinas, impressora etc), destaca-se que o aparato é suficiente para o normal desenvolvimento dos serviços, pois há computadores para que todos os servidores possam trabalhar simultaneamente.

Não havia segurança no Fórum. O prédio contava com detector de metal, no entanto não contava com câmaras de circuito interno de TV.

### **METODOLOGIA**

O exame inspeccional foi formalmente instalado às 9:00 horas do dia 05/10/2017, restando formalmente concluído às 17:00 horas do mesmo dia, sem o comprometimento do serviço ofertado à população.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a inspeção.

A avaliação do Módulo foi levada a efeito mediante exame de um percentual das ações judiciais em curso, notadamente, os feitos envolvendo presos provisórios; réus foragidos; execução penal; cartas precatórias cíveis e criminais; mandados de segurança; ações civis públicas e por improbidade administrativa; processos inclusos nas Metas de 2017 do CNJ; demandas que, por expressa disposição legal, exigem prioridade de processamento, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte(s) ou interessado(s), crianças ou adolescentes, pessoas com deficiência e portadoras de doenças graves; feitos conclusos há mais de cem dias; conclusos para julgamento, os pendentes de expedientes e os livros da Secretaria.

### **JUIZ EM ATUAÇÃO**

Os serviços judiciários são desempenhados pela **Dra. JULIANA BRAGANÇA FERNANDES LOPES**, Juíza de Direito titular da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte.

Consoante registro da ficha funcional, a **Dra. JULIANA BRAGANÇA FERNANDES LOPES** tomou posse na Magistratura estadual em 25 de fevereiro de 2016, no cargo de Juiz Substituto da Comarca de Guaraciaba do Norte, permanecendo até hoje na unidade judicial.

### PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A **Dra. JULIANA BRAGANÇA FERNANDES LOPES**, nos últimos 15 (quinze) meses trabalhados, incluindo suas respondências e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 03/2016 A 06/2017 (15 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDO	DESPACHO
3730	1863	478	420	7465

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos meses de exercício jurisdicional, o Juiz apresentou movimentação processual mensal conforme o quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 03/2016 A 06/2017 (15 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDO	DESPACHO
248.66	124.2	31.86	28	497.66

À frente da Unidade Jurisdicional inspecionada, no mês de setembro, o Magistrado obteve a estatística processual abaixo:

ITEM	TOTAL INFORMADO
Dias trabalhados pelo magistrado na unidade	23
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no 1º grau Criminais	17
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no 1º grau Não-Criminais	17
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no 1º grau Criminais	29
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no 1º grau Não-Criminais	34
Sentenças em Conhecimento Homologatórias de Acordos no 1º grau	4
Sentenças em Execução Homologatórias de Acordos no 1º grau	0
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	1
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	9



Gerardo de Sousa Campos Junior	Técnico Judiciário	4085
Thamyres Camarço de Oliveira	Analista Judiciária	22712
Tadeu Peixoto Feliciano	Oficial de Justiça Avaliador	6260
Antonio Carlos Alves de Freitas	Oficial de Justiça Avaliador	74928
Valdemar de Sousa Camelo	Oficial de Justiça Avaliador	2971

A Vara está constituída por 08 (oito) servidores requisitados de outros Órgãos Públicos, conforme discriminado abaixo:

Nome	Matrícula
Francisca Maralina Torres de Sousa	701269
Adriana Maria Soares de Sousa Farias	24809
Antonio Helder de Castro Torres	702395
Jocoquesma Mesquita	40122
Ana Cristina Fernandes Aragão	24810
Eugênia Maria Sales	Não Informado
Sonia Magda Mesquita Veras	Não Informado
Antonia Miriam Rodrigues Pinto	Não Informado

A Vara possui uma servidora terceirizada.

Nome	Matrícula
Cristiane Vieira de Sousa	801327

A unidade possui um estagiário lotada na referida Unidade

Nome	Matrícula
Douglas de Sousa Araújo	24726

Conforme dados extraídos do SGEN, cadastrados no mês de junho de 2017, a Secretaria estava representada do seguinte modo:

Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/ enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	6
Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/ enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	0
Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/ enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	1

Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	7
Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	1
TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE	15
Total de Computadores(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES(DADOS DA SERVENTIA)	11

## EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Conforme Formulário de Inspeção – Correição - Visita (FICOVI) realizado em 4 de outubro de 2017, verificou-se constar na unidade:

- Processos Cíveis em Tramitação: 2.614
  - Cartas Precatórias/rogatórias/de ordem: 16
  - Inventários e arrolamentos: 27
  - Mandados de Segurança: 48
  - Ações Cíveis Públicas: 33
  - Ações de Improbidade Administrativa: 2
- Processos Criminais em Tramitação:
  - Processos Criminais (Justiça Comum): 1.108
  - Processos Criminais (Juizado Especial): 98
  - Cartas Precatórias/rogatórias/de ordem: 18
  - Processos suspensos por força de lei: 34
  - Processos com expedição de mandado de prisão, aguardando captura do agente: 55
  - Procedimento(s) de interceptação telefônica e/ou de dados: 0
- Processos em fase de execução penal
  - Regime fechado: 7
  - Regime semiaberto: 13
  - Regime aberto: 3
  - Cumprimento de sursis: 0
  - Cumprimento livramento condicional: 3
  - Outras medidas legais: 7
  - Concessão de indulto nos últimos 24 meses: 0
- Processo da Infância e Juventude:
  - Total de processos: 320
  - Atos infracionais em tramitação há mais de 45 dias: 11

- Processos em fase de execução de medidas socioeducativas: 3
- Processo(s) e ou procedimento(s) disciplinar(es) em curso no módulo: 0
- Processos Concluídos:
  - Total de processos concluídos: 25
  - Processos concluídos com prazo excedido: 0
  - Concluídos com prazo excedido para sentença: 0
- Audiências efetivamente realizadas pelo Juiz:
  - Quantidade de audiências cíveis: 711
  - Quantidade de audiências criminais: 687
  - Quantidade de audiências de demandas afetas à infância e juventude: 109

Dos feitos que foram devidamente inspecionados na Secretaria da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte, constatou-se que:

## CARTAS PRECATÓRIAS

Em inspeção às Cartas Precatórias, verificou-se o regular andamento dos feitos. Processos vistos em inspeção.

#	NÚMERO DO PROCESSO	ENTRADA EM	DESPACHADA EM	MOVIMENTAÇÃO
1	9902-81.2017.8.06.0084	03.10.2017	04.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: citação de requerido para efetuar o pagamento da dívida. Carta precatória ainda não cumprida
2	9895-89.2017.8.06.0084	03.10.2017	04.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: citação de acusado para apresentar defesa prévia. Carta precatória ainda não cumprida
3	9881-08.2017.8.06.0084	29.09.2017	04.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: intimar herdeira de todos os termos do inventário. Carta precatória ainda não cumprida
4	9882-90.2017.8.06.0084	29.09.2017	04.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: intimar o acusado para realizar o pagamento de débito alimentar. Carta precatória ainda não realizada.
5	9903-66.2017.8.06.0084	03.10.2017	04.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: citação para comparecer a audiência de conciliação agendada para o dia 28 de novembro de 2017 na Comarca de Várzea Alegre.
6	8184-49.2017.8.06.0084	14.02.2017	20.03.2017	Visto em inspeção. Finalidade: inquirir testemunha. Audiência designada para o dia 13 de julho de 2017. Audiência não realizada devida a ausência da testemunha. Redesignada para o dia 3 de outubro de 2017. Audiência não realizada devido a magistrada estar respondendo pela Comarca de Croatá. Audiência redesignada para o dia 10 de outubro de 2017.
7	9799-74.2017.8.06.0084	13.09.2017	02.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: intimar requerida do inteiro teor de sentença. Carta precatória entregue ao oficial de justiça em 2 de outubro de 2017.
8	9847-33.2017.8.06.0084	25.09.2017	02.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: intimar requerida para comparecer a audiência em 21 de novembro de 2017 na Comarca de Jacarepaguá. Carta precatória entregue ao

				oficial de justiça em 2 de outubro de 2017.
9	9613-51.2017.8.06.0084	31.08.2017	12.09.2017	Visto em inspeção. Finalidade: realização de audiência para concessão do SURSIS. Audiência designada para o dia 10 de outubro de 2017.
10	8370-72.2017.8.06.0084	10.03.2017	17.04.2017	Visto em inspeção. Finalidade: citar o denunciado para permanecer a acusação e designar audiência. Audiência realizada em 8 de junho de 2017, momento em que o SURSIS aceito pelo acusado. Folha de presença acostada aos autos.

## ESTATUTO DO IDOSO

Foi identificada uma grande quantidade de ações declaratórias de inexistência de relação contratual c/c pedido de repetição de indébito e indenização por danos morais idênticas, o que chamou a atenção, pois pode representar indício da prática de fraude. Tal prática, já observada em outras comarca, consiste em usar o Poder Judiciário para obter, indevidamente, indenizações, pois a parte autora alega não ter realizado nenhum empréstimo, quando na verdade não só realizou o empréstimo como recebeu os valores, tendo o magistrado sido advertido para ficar atento a tais processos, procurando verificar se realmente a parte autora foi vítima de um empréstimo fraudulento ou se, na verdade, o caso trata de uma tentativa de fraude em que se busca na Justiça uma indenização indevida. Processos inspecionados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	9768-88.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 5 de maio de 2017. Processo despachado em 12 de setembro de 2017, determinando a designação de data de audiência. À Secretaria para designar audiência (cf. fl.33v).
2	9449-23.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 5 de dezembro de 2016. Processo despachado em 12 de setembro de 2017, determinando a designação de data de audiência. À Secretaria para designar audiência (cf. fl.42v).
3	8271-05.201117.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 18 de abril de 2017. Processo despachado em 31 de agosto de 2017, determinando a designação de data de audiência. Audiência designada para o dia 18 de outubro de 2017.
4	8200-03.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 18 de abril de 2017. Processo despachado em 4 de setembro de 2017, determinando a designação de data de audiência. Audiência designada para o dia 18 de outubro de 2017.
5	9375-66.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 11 de novembro de 2016. Processo despachado em 5 de setembro de 2017, determinando a designação de data de audiência. Audiência designada para o dia 18 de outubro de 2017.
6	9450-08.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 6 de dezembro de 2016. Processo despachado em 31 de agosto de 2017, determinando a designação de data de audiência. Audiência designada para o dia 18 de outubro de 2017.
7	8206-10.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 19 de abril de 2017. Processo despachado em 31 de agosto de 2017, determinando a designação de data de audiência. Audiência designada para o dia 18 de outubro de 2017.
8	9766-21.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 5 de maio de 2017. Processo despachado em 31 de agosto de 2017, determinando a designação de data de audiência. Audiência designada para o dia 13 de outubro de 2017.

9	9765-36.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 5 de maio de 2017. Processo despachado em 31 de agosto de 2017, determinando a designação de data de audiência. Audiência designada para o dia 13 de outubro de 2017.
10	9678-80.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de nulidade de relação contratual c/c repetição de indébito e danos morais autuada em 25 de abril de 2017. Processo despachado em 12 de setembro de 2017, determinando a designação de data de audiência. Audiência designada para o dia 13 de outubro de 2017.

## INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL

Verificou-se que todos os processos inspecionados estavam com movimentação recente. Processos vistos em inspeção:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	6592-72.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado ao crime de roubo, autuado em 20 de outubro de 2014. Parecer do Ministério Público acostado em 30 de agosto de 2017, solicitando a dilação do prazo para que a autoridade policial apresente relatório do caso. Cota ministerial atendida em parecer prolatado em 1º de setembro de 2017. Novo despacho proferido em 29 de setembro de 2017, dando vistas ao Ministério Público.
2	9319-96.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado ao crime de ameaça, autuado em 11 de julho de 2017. Relatório do TCO apresentado em 28 de setembro de 2017. Processo despachado em 29 de setembro de 2017, dando vistas ao MP.
3	5583-75.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado ao crime de roubo, autuado em 4 de abril de 2014. Parecer do Ministério Público acostado em 30 de agosto de 2017, solicitando a dilação do prazo para que a autoridade policial apresente relatório do caso. Cota ministerial atendida em parecer prolatado em 1º de setembro de 2017. Novo despacho proferido em 29 de setembro de 2017, dando vistas ao Ministério Público.
4	6446-31.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado ao crime de homicídio doloso, autuado em 3 de outubro de 2014. Processo despachado em 6 de setembro de 2016, dando vistas ao MP. Parecer ministerial sugerindo a dilação do prazo por 45 dias. Cota ministerial atendida em 12 de setembro de 2016. Atestado de que o adolescente está morando na Comarca do Rio de Janeiro em 28 de setembro de 2017. Novo despacho prolatado em 29 de setembro de 2017, dando vistas ao MP.
5	6154-12.2015.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado ao crime de lesão corporal dolosa, ameaça e dano, autuado em 6 de agosto de 2015. Relatório da Polícia Civil apresentado em 29 de julho de 2015. Processo despachado em 19 de agosto de 2015, determinando o retorno dos autos à Delegacia para diligências. Expediente reiterado em 14 de junho de 2016, tendo em vista o não cumprimento. Parecer do MP acostado em 7 de agosto de 2017. Cota atendida em 8 de agosto de 2017. Novo despacho prolatado em 29 de setembro de 2017, dando novas vistas ao Ministério Público.
6	9318-12.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado a lesão corporal dolosa, autuado em 11 de julho de 2017. Parecer do Ministério Público apresentado em 31 de julho de 2017. Cota ministerial atendida em 3 de agosto de 2017. Novo despacho prolatado em 2 de outubro de 2017, dando vistas ao MP.
7	9181-32.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado ao furto qualificado por arrombamento, autuado em 16 de junho de 2016. Processo despachado em 6 de julho de 2017 determinando a juntada das certidões atos infracionais do adolescente e dando vistas ao MP. Certidão não colacionada, tendo em vista a ausência de qualificação do menor. Parecer do MP acostado aos autos em 3 de agosto de 2017. Cota ministerial atendida em 4 de agosto de 2017. Novo despacho prolatado em 29 de setembro de 2017, dando vistas ao MP. À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 11, tendo em vista a posterior qualificação do adolescente infrator.
8	8326-53.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de execução definitiva de medida socioeducativa, determinada por sentença proferida em 17 de março de 2016, condenando o adolescente pela prática de infração análoga ao crime de tráfico de drogas, prolatada na Comarca de São Gonçalo (RJ), autuado em Guaraciaba do Norte em 3 de março de 2017. Processo despachado em 4 de maio de 2017, dando vistas ao MP. Parecer, em 13 de setembro de 2017, sugerindo a realização de audiência para fins de início do cumprimento da medida. Novo despacho proferido em 14 de setembro de 2017, determinando a expedição de ofício à Comarca de São Gonçalo para que informe o endereço do adolescente. Carta precatória encaminhada em 4 de outubro de 2017. Processo sem a devida identificação,

		sendo determinada a afixação de etiqueta de feito prioritário, tendo em vista que é atinente à Infância e Juventude.
9	9314-74.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado ao estupro, autuado em 11 de julho de 2017. Processo despachado em 13 de julho de 2017, determinado a juntada da certidão de antecedentes atualizada e dando vistas ao MP. Certidão de nada consta em nome de "Francisco Ryan". Parecer ministerial acostado aos autos em 28 de agosto de 2017, sugerindo a devolução dos autos à autoridade policial e dilação do prazo para realização de relatório. Cota ministerial atendida em 21 de agosto de 2017. Juntada de novos termos de depoimentos, dos quais se pode depreender que o nome do adolescente é "Francisco Rian de Castro Lopes". Processo despachado em 2 de outubro de 2017, dando vistas ao MP. À Secretaria para cumprir novamente o despacho de fl. 11, tendo em vista a nova qualificação de fl. 15.
10	9803-14.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de boletim de ocorrência circunstanciado pela prática de ato infracional assemelhado ao crime de roubo, autuado em 14 de setembro de 2017. Processo despachado em 25 de setembro de 2017, determinando a juntada das certidões de antecedentes e, após, dando vistas ao MP. Determinações cumpridas.

## INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - CÍVEL

Processos analisados estavam com trâmite regular. Processos inspecionados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	8209-96.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de adoção autuada em 17 de março de 2016. Processo despachado em 22 de agosto de 2017, determinando o cumprimento integral do despacho de fl. 20, datado de 8 de abril de 2016, tendo em vista que a mãe biológica do menor não fora citada para contestar a ação. Mandado de citação expedido em 3 de outubro de 2017.
2	6099-66.2012.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de adoção autuada em 26 de outubro de 2012. Feito incluso na Meta 2 do CNJ. Audiência realizada em 25 de setembro de 2017, momento em que foi deferido o prazo de 30 dias para patrono jurídico localizar os autores do processo. Decorrendo prazo.
3	22604-38.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de destituição do poder familiar autuada em 26 de janeiro de 2016. Processo despachado em 8 de agosto de 2016, determinando a expedição de ofício ao CREAS e Conselho Tutelar a fim de realizar estudo social. Processo novamente despachado em 8 de agosto de 2017, nomeando assistente social Ana Karla para realizar o estudo social, tendo em vista a ausência de resposta ao expediente supracitado. Relatório acostado aos autos em 18 de agosto de 2017. Despacho prolatado em 24 de agosto determinando a expedição de ofício ao Conselho Tutelar. Ofício expedido em 2 de outubro de 2017.
4	5429-62.2011.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de suspensão do poder familiar autuada em 7 de novembro de 2011. Feito incluso na Meta 2 do CNJ. Processo julgado em 11 de março de 2016. Enviada carta precatória à Comarca de Belfort Roxo para intimação dos requerentes para comparecer ao fórum local e prestarem compromisso de lei. Certidão do oficial de justiça, datada de 2 de dezembro de 2016, informando a impossibilidade de intimação, por estar em risco a segurança do funcionário público, já que o local é notoriamente conhecido por ter homens armadas que criam constrangimento e terror. Processo despachado em 22 de março de 2017, determinando a citação por edital. Edital publicado do DJe de 20 de junho de 2017. Genitora intimada em 20 de setembro de 2017. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
5	897-50.2008.8.06.00084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de guarda autuada em 9 de abril de 2008. Processo despachado em 30 de julho de 2013, determinando a realização de estudo social, através do CREAS. Expediente reiterado em 14 de junho de 2016. Processo novamente despachado em 2 de outubro de 2017, nomeando a assistente social Ana Karla para elaborar o estudo social.
6	1052-53.2008.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de modificação de guarda autuada em 3 de outubro de 2017. Importante destacar que ocorreu audiência em 7 de dezembro de 2007. A magistrada recorda ter feito uma reatuação em virtude de erro material. Processo julgado em 16 de fevereiro de 2017. Certidão de intimação pessoal acostada aos autos em 3 de outubro de 2017.
7	6117-19.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de adoção autuada em 18 de julho de 2014. Processo despachado em 24 de julho de 2017, nomeando advogada para apresentar defesa escrita da requerida. Contestação acostada em 21 de setembro de 2017. Novo despacho prolatado em 2 de outubro de 2017, determinando a designação de audiência de instrução. Audiência designada para o dia 27 de outubro de 2017.
8	5291-56.2015.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de guarda autuada em 29 de janeiro de 2017. Decisão prolatada em 18 de agosto de 2016, deferindo liminarmente a guarda e determinando a designação de audiência. Audiência designada para o dia 23 de maio de 2017, deixou de ocorrer, tendo em vista a realização de juri. À Secretaria para designar

		audiência (cf. fl. 74 e 79).
9	9325-40.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de destituição do poder familiar autuada em 21 de outubro de 2016. Processo despachado em 22 de setembro de 2017, determinando que a Secretaria certifique se os requeridos apresentaram contestação. Determinação ainda não cumprida. À secretaria para cumprir as determinações de fl. 98v.
10	68-98.2010.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de adoção autuada em 3 de fevereiro de 2010. Processo julgado em 4 de outubro de 2016. Aguardando o retorno de carta precatória encaminhada à Comarca de Croatá.

## META 2

Em fevereiro de 2016 havia na comarca 1.307 processos incluídos na Meta 2, sendo que em agosto de 2017 há apenas 620 processos incluídos nesta meta, o que representa uma significativa redução desde que a Dra. Juliana tomou posse como titular da unidade.

Processos vistos em inspeção:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	467-64.2009.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de guarda autuada em 29 de abril de 2009. Processo despachado em 6 de fevereiro de 2017, dando vistas ao MP. Parecer juntado aos autos em 29 de março de 2017. Despacho em 11 de julho de 2017, nomeando assistente social para elaborar estudo social. Certidão de intimação em 11 de julho de 2017.
2	4361-77.2011.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de divórcio autuada em 28 de janeiro de 2011. Processo julgado em 19 de julho de 2017. À secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
3	1097-23.2009.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de divórcio autuada em 4 de dezembro de 2009. Processo julgado em 11 de julho de 2017. À secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
4	5054-61.2011.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação negatória de paternidade autuada em 26 de agosto de 2011. Processo despachado em 12 de setembro de 2017, nomeando advogada para patrocinar a defesa da requerida. Petição acostada aos autos em 2 de outubro de 2017. Processo conclusão em 5 de outubro de 2017.
5	5067-40.2012.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de exoneração de encargos alimentícios autuada em 27 de abril de 2012. Processo julgado em 25 de agosto de 2017. Aguardando o trânsito em julgado.
6	6166-94.2013.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de divórcio consensual autuada em 13 de setembro de 2009. Processo despachado em 13 de junho de 2017, dando vistas ao Ministério Público. Parecer acostado aos autos em 14 de julho de 2017. Cota ministerial atendida em 18 de julho de 2017. Processo recentemente despachado em 5 de setembro de 2017, determinando a citação do requerido no endereço indicado à fl. 31. Mandado de citação expedido em 29 de setembro de 2017.
7	5575-35.2013.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de revisional autuada em 26 de abril de 2013. Processo julgado em 3 de outubro de 2017.
8	445-50.2002.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de desconstituição de crédito autuada em 9 de agosto de 2011. Processo julgado em 2 de outubro de 2017.
9	5471-77.2012.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação monitoria autuada em 27 de abril de 2012. Processo julgado em 2 de outubro de 2017.
10	5418-96.2012.8.06.0084	Visto em inspeção. Trata-se de ação de cobrança autuada em 9 de abril de 2012. Processo julgado em 2 de outubro de 2017.

## PRESO PROVISÓRIO

Foram inspecionados 15 processos envolvendo presos provisórios, todos aparentando possuir tramitação regular.

Contudo, foi verificado que o Auto de Prisão em Flagrante é registrado com número próprio e arquivado logo após a sua homologação ou realização de audiência de custódia, não permanecendo qualquer registro na ação penal acerca do que foi deliberado, razão por que recomendou-se que seja adotada a prática de juntar na ação penal cópia da decisão proferida no

APF.

Também foram identificados processos separados como havendo réu preso em que não há qualquer registro sobre a decretação da prisão do acusado, restando esclarecido que a prisão foi decretada em outros autos através de uma representação formulada pelo Ministério Público, motivo por que também orientou-se que tais feitos conexos tramitassem apensados um ao outro.

Processos vistos em inspeção:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	9897-59.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. IP relativo à prisão de duas pessoas por tráfico de drogas ocorrida em 31/08/17. Processo com vista ao MP.
2	9358-93.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por furto em 05/07/17. Denúncia recebida em 11/08/17. À Secretaria para cumprir as determinações de fls. 46/47.
3	9509-59.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por violência doméstica em 19/07/17. Denúncia recebida em 04/09/17. À Secretaria para cumprir as determinações de fls. 62/63.
4	8741-70.2016.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por furto em 12/06/16. Sentença prolatada em 16/06/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
5	9477-54.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com dois réus presos por roubo em 28/07/17. Denúncia recebida em 25/09/17. Feito aguardando o cumprimento de carta precatória.
6	8639-14.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por roubo em 18/04/17. Denúncia recebida em 09/06/17. Sentença prolatada em 26/07/17. À Secretaria para cumprir as determinações de fls. 101v.
7	8801-09.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por tráfico de drogas em 20/04/17. Denúncia recebida em 25/07/17. Processo concluso para sentença.
8	8252-33.2016.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por roubo em 12/02/16. Denúncia recebida em 03/04/17. Audiência marcada para o dia 24/10/17.
9	8742-21.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por tráfico de drogas em 12/04/17. Denúncia recebida em 31/05/17. Sentença prolatada em 16/08/17. Processo com vista ao MP para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação.
10	7807-78.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com quatro réus presos por roubo em 10/11/16. Denúncia recebida em 01/02/17. Processo com vista ao MP.
11	8902-46.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com quatro réus presos por tráfico de drogas em 25/05/17. Denúncia recebida em 28/08/17. Sentença prolatada em 04/09/17. À conclusão tendo em vista os recursos de apelação de fls. 166/167.
12	8898-09.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por ameaça e desacato em 14/05/17. Denúncia recebida em 01/08/17. Audiência marcada para o dia 10/10/17.
13	8754-35.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por furto em 24/02/17. Denúncia recebida em 09/06/17. Sentença prolatada em 27/09/17.
14	8245-07.2017.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por estupro em 05/02/17. Denúncia recebida em 03/04/17. Sentença prolatada em 07/08/17. À conclusão tendo em vista os recursos de apelação de fls. 84.
15	5614-03.2011.8.06.0084	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por estupro em 30/12/11 e posteriormente solto em 19/08/13. Denúncia recebida em 06/06/12. Decisão prolatada em 20/02/17 restaurando a prisão do acusado. Processo concluso para sentença desde 03/10/17.

## EXECUÇÃO PENAL

Segundo informações do FICOVI, na unidade há 17 processos de execução penal em fase de cumprimento em regime fechado, 13 em regime semiaberto e 3 em regime aberto, além de 3 em cumprimento de livramento condicional.

Foram inspecionados 10 processos por amostragem, todos com tramitação regular, havendo manifestação judicial recente e sendo constatada a expedição de atestado de pena a

cumprir com regularidade.

#### Processos inspecionados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	6020-82.2015.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito aguardando a localização do apenado para dar início ao cumprimento da pena em regime aberto.
2	6197-46.2015.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito aguardando o cumprimento do sursis da pena, após audiência realizada em 29/06/16.
3	99148-15.2015.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito aguardando o cumprimento de penas restritivas de direito, após audiência realizada em 25/07/16.
4	8807-16.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime aberto. À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 88v.
5	1312-38.2005.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime fechado, estando o apenado em local desconhecido.
6	4350-82.2010.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito aguardando o cumprimento da pena em regime semiaberto, estando o apenado em local desconhecido. À conclusão para análise da possibilidade de regressão do regime de cumprimento da pena.
7	5275-44.2011.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito aguardando a prisão do apenado para que seja iniciado o cumprimento da pena em regime fechado.
8	903-57.2008.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito aguardando a prisão do apenado, após a decisão de regressão para o regime fechado de fl. 245v.
9	782-29.2008.8.06.0084	Visto em inspeção. Feito aguardando a prisão do apenado, após a decisão de regressão para o regime fechado de fl. 117, tendo ele se evadido da cadeia pública.
10	685-53.2007.8.06.0055	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime aberto. À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 124v.

#### PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO JÚRI - ENASP

Foram inspecionados dez processos de competência do Júri Popular, sendo constatado que os feitos estão sendo devidamente impulsionados.

A pauta de julgamento do Júri de outubro contém quatro processos, sendo que três deles estão incluídos na Meta ENASP.

#### Processos vistos em inspeção:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	473-42.2007.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 29/08/07. Sessão do Júri agendada para o dia 26/10/17. Processo da Meta ENASP.
2	1040-49.2002.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 26/09/01. Sessão do Júri agendada para o dia 19/10/17. Processo da Meta ENASP.
3	6265-64.2013.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 12/11/14. Feito aguardando o cumprimento da carta precatória.
4	5347-94.2012.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 11/04/12. Feito aguardando a realização de diligências, ante a informação de que os réus faleceram.
5	501-39.2009.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 21/07/09. Audiência de instrução realizada em 08/08/17. À Secretaria para cumprir o que restou decidido em audiência.
6	5405-34.2011.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 11/04/11. Feito aguardando o agendamento de audiência de instrução. À Secretaria para cumprir as determinações de fl. 97.
7	5883-37.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 08/08/16. Denúncia recebida em 26/08/16, ratificada em 16/05/17. Feito aguardando o agendamento de audiência de instrução. À Secretaria para cumprir as determinações de fl. 50.
8	5591-52.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 12/03/15. Decisão de pronúncia prolatada em 02/10/17.
9	579-33.2009.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 07/04/09. Feito aguardando o agendamento de audiência de instrução. À Secretaria para cumprir as determinações de fl. 111.

10	110-26.2005.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação penal ajuizada em 10/02/05. Sentença de impronúncia prolatada em 22/09/16. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
----	-----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## MANDADO DE SEGURANÇA

Segundo o relatório FICOVI, há 48 mandados de segurança em tramitação na comarca.

Foram inspecionados 15 processos, todos com tramitação regular, sendo que muitos já se encontram julgados. Os pedidos de liminar são prontamente analisados pela magistrada e os feitos têm tramitação célere.

Processos inspecionados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	9120-74.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 08/06/17. Sentença prolatada em 23/08/17. Feito conclusivo ante a apresentação de recurso de apelação.
2	9884-60.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 02/10/17. Decisão prolatada em 03/10/17 deferindo o pedido de liminar.
3	5835-78.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 02/06/14. Sentença prolatada em 24/08/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
4	9554-63.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 23/08/17. Feito aguardando a apresentação de informações. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
5	8799-39.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 24/05/17. Sentença prolatada em 08/09/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
6	9750-33.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 11/09/17. Despacho inicial prolatado em 12/09/17. Feito aguardando a apresentação de informações.
7	245-96.2009.8.06.0084	Processo julgado em 03/06/14 e remetido ao TJCE para apreciação do reexame necessário, encontrando-se apenas os autos físicos na comarca, após a sua digitalização.
8	4114-33.2014.8.06.0084	Processo julgado em 27/03/12 e remetido ao TJCE para apreciação do reexame necessário, encontrando-se apenas os autos físicos na comarca, após a sua digitalização.
9	5677-23.2014.8.06.0084	Processo julgado em 26/05/14 e remetido ao TJCE para apreciação do recurso de apelação, encontrando-se apenas os autos físicos na comarca, após a sua digitalização.
10	8993-39.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 05/06/17. Decisão prolatada em 06/06/17 deferindo o pedido de liminar. Processo com vista ao MP.
11	9371-92.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 18/07/17. Decisão prolatada em 19/07/17 deferindo o pedido de liminar. Processo com vista ao MP.
12	5790-74.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 15/05/14. Sentença prolatada em 26/09/17. Processo com vista ao MP.
13	9430-97.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 24/07/17. Decisão prolatada em 25/07/17 deferindo o pedido de liminar. Processo com vista ao MP.
14	9380-54.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 19/07/17. Decisão prolatada em 21/07/17 deferindo o pedido de liminar. Processo com vista ao MP.
15	8677-60.2016.8.06.0084	Visto em inspeção. MS ajuizado em 04/07/16. Despacho prolatado em 19/07/17 deixando a análise do pedido de liminar para após a formação do contraditório. Processo com vista ao MP.

## METAS 4 e 6 DO CNJ

Consta no relatório FICOVI que há apenas 2 ações de improbidade administrativa em tramitação na unidade, as quais são objeto da META 4 do CNJ, posto que ajuizadas antes de 31/12/2014.

Também tramitam na unidade 6 ações coletivas que estão incluídas na META 6 do

CNJ.

Registre-se que, assim como os mandados de segurança analisados, muitos processos encontram-se julgados recentemente, embora tramitem há vários anos, sendo digno de elogios a atuação da magistrada titular da unidade.

Processos analisados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	6284-36.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP de improbidade administrativa ajuizada em 07/08/14. Sentença prolatada em 02/10/17. Processo incluído nas METAS 4 e 6 do CNJ.
2	5814-05.2014.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP de improbidade administrativa ajuizada em 22/05/14. Audiência de instrução designada para o dia 10/10/17. Processo incluído na META 4 do CNJ.
3	69-20.2009.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP ajuizada em 26/08/09. Processo incluído nas METAS 2 e 6 do CNJ. Sentença prolatada em 19/09/17.
4	565-88.2005.8.06.0084	Visto em inspeção. Ação Popular ajuizada em 07/06/05. Sentença prolatada em 08/09/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo. Processo incluído nas METAS 2 e 6 do CNJ.
5	5428-77.2011.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP ajuizada em 04/11/2011. Feito aguardando a realização de vistoria pela ARCE. Processo incluído nas METAS 2 e 6 do CNJ.
6	136-19.2008.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP ajuizada em 05/12/08. Processo incluído nas METAS 2 e 6 do CNJ. Feito aguardando agendamento de audiência de instrução. À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 408v.

## AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Consta no relatório FICOVI que há 33 ações civis públicas em tramitação na unidade.

Processos analisados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	8781-18.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP de improbidade administrativa ajuizada em 16/05/14. Decisão prolatada em 16/06/17, determinando a indisponibilidade dos bens dos promovidos. À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 425v.
2	9545-04.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP ajuizada em 23/08/17. Decisão prolatada em 30/08/17 deferindo o pedido de liminar. Processo com vista ao MP.
3	6779-46.2015.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP ajuizada em 03/12/15. Feito aguardando a manifestação das partes acerca das provas a serem produzidas.
4	8760-42.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP de improbidade administrativa ajuizada em 10/05/14. Feito aguardando a apresentação de resposta pelo requeridos.
5	9657-70.2017.8.06.0084	Visto em inspeção. ACP de improbidade administrativa ajuizada em 05/09/2017. Decisão recebendo a inicial prolatada em 04/10/17.

## LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade, por exemplo: Registro de Processos (Livro Tombo), Registro de Termos de Audiências, Registro de Sentenças, Carga e Rol dos Culpados.

Quanto aos livros verificados, não foram encontradas quaisquer atecnias, estando todos em conformidade com o artigo 392 da Lei Estadual nº 12.342/94.

As observações pertinentes a cada livro estão discriminadas no formulário próprio, anexado a este relatório.

## **CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ 461**

1. Relativo à **META 2 de 2017** do Conselho Nacional de Justiça ( identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013), verificou-se um total de 567 (quinhentos e sessenta e sete) processos pendentes em setembro/2017 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

2. Relativo à **META 4 de 2017** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014), verificou-se um total de 5 (cinco) processos pendentes em setembro/2017 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

3. Quanto à **META 6 de 2017** (identificar e julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau), verificou-se um total de 4 (quatro) processos pendentes em setembro/2017 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação destas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

4. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores;

5. A Unidade informou que a Magistrada está cadastrada nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD;

6. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos

processos, respeitando o segredo de justiça;

7. A Unidade utiliza o **MALOTE DIGITAL**;

8. A Magistrada não participou de curso de capacitação em Administração Judiciária;

9. **PROJETO PAI PRESENTE:** A Secretaria foi informada das determinações emanadas do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça, comunicando que as providências estão sendo devidamente implementadas, cumprindo o previsto nos Provimentos nº 12 e 26, da Corregedoria Nacional de Justiça. Foi realizada uma campanha, com anúncio em rádios e contato com diretoras das escolas. Muitas pessoas procuraram o Fórum, sendo autuado o procedimento administrativo. O suposto pai era intimado e houve muitos casos de reconhecimento da paternidade.

10. **CONSELHO DA COMUNIDADE:** O Conselho da Comunidade foi implantado em 14 de dezembro de 2010, no entanto passou um período desativado. Após a reativação foram realizadas reuniões para escolhas de novos membros;

11. **INSPEÇÕES ANUAIS:** Foi informado que as inspeções judicial e extrajudicial relativas ao ano de 2016 foram realizadas, cumprindo as determinações dos Provimentos nº 12 e 13 de 2015 da Corregedoria-Geral de Justiça. Foi informado também que a inspeção judicial foi realizada em junho de 2017 e a inspeção extrajudicial já está agendada para outubro.

12. Em relação à Resolução nº 137/2011 do CNJ, a Secretaria da Vara informou que todos os mandados de prisão estão sendo inseridos no **Banco Nacional de Mandados de Prisão**;

13. **Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidos:** A equipe funcional ficou cientificada das normas que rebem a matéria e do regular encaminhamento ao Exército do armamento guarnecido, na forma prevista na Resolução nº 134/2011, do Conselho

Nacional de Justiça, bem como a respeito da existência do Manual de Bens Apreendidos elaborado por esse Conselho, e demais normas que regem o assunto, especialmente o Provimento nº 09/2017 desta Casa Correicional;

14. A Vara não alcançou a **Meta 1 do CNJ** em 2015, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, contudo atingiu a referida meta em 2016. Quando considerados os 07 (sete) primeiros meses de 2017, verifica-se que a Unidade não atingiu a meta, conforme discriminado no quadro abaixo:

Secretaria da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2015	1244	652	52.41	39	591	0	630	50.64
2016	1201	2261	188.26	3077	61	0	3138	261.28
2017	1094	715	65.36	702	94	0	796	72.76
	<b>3539</b>	<b>3628</b>	<b>102.51</b>	<b>3818</b>	<b>746</b>	<b>0</b>	<b>4564</b>	<b>128.96</b>

## CADEIA PÚBLICA

A Cadeia Pública está localizada na Avenida Monsenhor Furtado, nº 87, tendo sido inaugurada em 19 de outubro de 1968. O Estabelecimento apresenta instalações regular estado de conservação, tendo sido feita uma reforma no ano de 2016

O prédio possui 5 (cinco) celas, sendo uma destina ao sistema semiaberto e quatro ao sistema fechado e aos presos provisórios. Constatou-se a superlotação da unidade com 46 presos, sendo 9 em regime fechado, 15 no semiaberto e 2 no regime aberto, além de 20 presos provisórios, estando além de sua capacidade oficial, que é de 25 detentos.

O estabelecimento é administrado pelo agente penitenciário Sr. Ismael Nunes Rodrigues, sendo auxiliados por mais três agentes, que se revezam. O imóvel dispõe de área destinada ao banho de sol dos detentos, contudo não possui cela para detentas. A alimentação dos presos é fornecida pela Secretaria de Justiça – SEJUS, sendo distribuídas três refeições diárias.

Não existem membros membros da Polícia Militar à disposição da Cadeia, de modo que lá comparecem quando requisitados em razão de alguma ocorrência e nos horários de

banho de sol dos detentos.

Existe alojamento para o Agente Penitenciário. Existe uma sala que serve de escritório administrativo e parlatório. A cadeia possui uma sala de aula.

A magistrada visita regularmente a cadeia.

### **RECLAMAÇÕES**

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas quanto a atuação funcional do magistrado.

### **RECOMENDAÇÕES**

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, de forma genérica, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

- 1) Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2017, com destaque para a META 1 (*julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*).
- 2) Adoção da prática de juntar na ação penal cópia da decisão proferida no Auto de Prisão em Flagrante ou na representação pela decretação de prisão preventiva.

### **CONCLUSÕES**

Em visita à Comarca de Guaraciaba do Norte, constatou-se, em geral, bom andamento processual em relação aos feitos em tramitação.

A última inspeção da CGJ na unidade havia sido realizada em agosto de 2011, há mais de seis anos. Naquela ocasião, constatou-se que havia um grande número de processos esperando há mais de um ano por confecção de expedientes, o que não foi identificado na presente inspeção. Também restou consignado naquela oportunidade que havia uma elevada quantidade de processos esperando a designação de data para audiência, sendo que nesta inspeção podemos

constatar que há uma extensa pauta de audiências realizada pela magistrada diariamente, tanto pela manhã, quanto à tarde. Os processos relativos a Infância e Juventude estão tramitando normalmente, atendendo à prioridade estabelecida no art. 152 do ECA, ao contrário do que restou consignado no relatório da inspeção de 2011. Dessa forma, temos que as recomendações da última inspeção encontram-se supridas.

A Dra. JULIANA BRAGANÇA FERNANDES LOPES tomou posse na Magistratura estadual em 25 de fevereiro de 2016, no cargo de Juiz Substituto da Comarca de Guaraciaba do Norte, permanecendo até hoje na unidade judicial, onde tem exercido suas funções com brilhantismo, tanto que ano passado, em seu primeiro ano de magistratura, foi agraciada nesta Corregedoria com a Medalha do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo.

A Meta 1 de 2017 (dados da Seplag) está em 68,65%, restando evidenciado que o alcance de tal meta restou prejudicado em razão do período em que a magistrada titular esteve afastada para o curso de formação (março a maio), tendo ainda gozado férias em julho. Importante destacar que a Meta 1 do ano de 2016 ficou em 261,28%, demonstrando de maneira clara o bom trabalho prestado pela Dra. Juliana Bragança Fernandes Lopes.

Registre-se que em fevereiro de 2016 havia na comarca 1.307 processos em tramitação incluídos na Meta 2, sendo que em agosto de 2017 há apenas 620 processos incluídos nesta meta, o que representa uma significativa redução desde que a Dra. Juliana tomou posse como titular da unidade.

A Comarca de Guaraciaba do Norte apresenta uma elevada demanda de casos novos todos os meses, tanto que no projeto original do novo CODEJE enviado à Assembleia Legislativa foi sugerida a criação de uma segunda vara na comarca. Em junho foram autuados 426 novos processos, em julho 276 e em agosto 172.

No curso dos trabalhos foram ministradas orientações e recomendações à Magistrada e ao Diretor de Secretaria, visando otimizar o expediente judiciário no âmbito desta Unidade Judiciária, com reforço para o integral cumprimento das metas de nivelamento estabelecidas pelo CNJ, especialmente com relação ao Projeto Pai Presente, ENASP, a instituição e funcionamento do Conselho da Comunidade e liquidação da pena e respectiva homologação nos processos de execução penal.

As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade censória desta Corregedoria.

Portanto, consoante planilhas e documentos que acompanham este relatório, constatou-se que não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. Os esforços da Magistrada à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Por fim, em cumprimento ao Provimento nº 006/2007-CGJ/CE, deve ser dada ciência do presente relatório ao magistrado atualmente à frente da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte, observando-se o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para atender as recomendações e corrigir as pendências verificadas, comunicando a esta Casa Censora as providências adotadas.

Sugiro, ainda, a juntada de cópia do presente relatório no processo de vitaliciamento da Juíza Substituta JULIANA BRAGANÇA FERNANDES LOPES em tramitação nesta Casa Censora.

Este é o relato deste Juiz Corregedor Auxiliar.

Fortaleza/CE, 17 de novembro de 2017.

**FLÁVIO VINICIUS BASTOS SOUSA**

Juiz Corregedor Auxiliar